

'Fascistas', 'capitalistas', 'terroristas' e 'reaccionários'. Os Portugueses no Exílio Espanhol (1974-1976)

FERNANDO MARTINS
CIDEHUS-UE^{*}

Introdução

Em Dezembro de 1997, Rosa Casaco, um dos mais temidos e também um dos mais conhecidos inspectores da PIDE/DGS, deu, em Madrid, para onde fugira na sequência do 25 de Abril de 1974, uma entrevista ao semanário *Expresso*, durante décadas o mais prestigiado jornal português (entrevista que foi publicada na edição de 14 de Fevereiro de 1998). As respostas e demais declarações de Rosa Casaco provocaram, naturalmente, inúmeras reacções em Portugal, a maior parte delas mais alvoroçadas do que analíticas. Tanto as declarações de Rosa Casaco como as reacções suscitadas merecem muitas leituras. No entanto, e no que respeita à economia, ou tema, deste texto, vale a pena ser dito que a entrevista concedida em Madrid possuía, e ainda possui, uma preciosa singularidade. Recordava, e recorda, que Espanha foi (após o pronunciamento militar de 25 de Abril de 1974 que pôs fim a um regime autoritário com mais de quatro décadas e deu início a um ciclo revolucionário que normalmente se considera ter terminado por volta de 25 de Novembro de 1975), o local de exílio por excelência de muitos dos mais fieis servidores do salazarismo e do marcelismo, mas também de grande parte das vítimas e opositores do (e ao) chamado “processo revolucionário”.¹

* Parte da investigação para a redacção deste texto foi realizada por Inês Neves, bolsreira de Integração na Investigação. Acção promovida pelo CIDEHUS-UE e financiada pela FCT.

¹ “Durante 37 anos [Rosa Casaco] foi umas das figuras mais temidas da polícia da ditadura. Em 1998, deu a sua última grande entrevista, onde afirmou ao EXPRESSO que morreria de «consciência tranquila».

Este tema tem sido genericamente esquecido pela historiografia que se debruça sobre as variáveis que deram forma e substância à última revolução portuguesa do século XX, embora se trate de um elemento essencial da memória da chamada “revolução dos cravos” e dos seus múltiplos efeitos.² As razões para esta atitude por parte de historiadores é variada mas poder-se-á, talvez, resumir a duas. A primeira terá que ver com o facto de o tema não ser dos mais evidentes ou relevantes num período histórico curto mas rico em acontecimentos políticos, sociais, económicos, ideológicos ou culturais. A segunda deve-se a preconceito ideológico de que enferma a historiografia dominante, para não dizer hegemónica, do chamado período revolucionário e de transição democrática. Esta historiografia tende a analisar os pouco mais de dois anos que se estendem entre Abril de 1974 e Junho de 1976 como um período de combate político e social encarniçado e decisivo mas que nunca produziu vítimas, ou se as produziu tal se deveu à força de circunstâncias inevitáveis e nunca à estratégia dos protagonistas da revolução. Nesse sentido, temas como o do exílio não têm preocupado os historiadores, seja por causas geracionais e/ou político-ideológicas. E esta asserção vale tanto para o tema tratado neste texto como para as centenas de milhar de portugueses que se viram obrigados a abandonar repentinamente os territórios coloniais portugueses em África rumo à Europa (sobretudo a Portugal), à África do Sul, à então Rodésia do Sul e ao Brasil.³

MORREU António Rosa Casaco, o antigo inspector da PIDE que chefiou a brigada que assassinou o General Humberto Delgado.

Fugido do país depois do 25 de Abril, voltou clandestinamente a Portugal, em 1998, revelando, em entrevista ao EXPRESSO, que morreria «de consciência tranquila» e que «voltaria a ser PIDE». Acabou por falecer aos 91 anos, no anonimato.

Embora tenha sido condenado à revelia, há cerca de 20 anos, a oito de prisão, por falsificação, destruição de documentos e por ter feito parte da PIDE, o corpo de polícia política da ditadura, Rosa Casaco nunca chegou a cumprir a pena.

Refugiado durante vários anos entre o Brasil e Espanha, acabou por regressar a Portugal em 2002, depois do Supremo Tribunal de Justiça ter decretado a extinção do procedimento criminal.

Rosa Casaco nasceu a 1 de Março de 1915, em Rossio ao Sul do Tejo (Abrantes), filho de pai incógnito. Ingressou na polícia da ditadura em 1937, com apenas 21 anos, tornando-se num dos mais temidos operacionais da PIDE.

O antigo inspector da PIDE acabou por falecer no anonimato, em Cascais, com 91 anos. As causas da sua morte ainda não são conhecidas. “Morreu Rosa Casaco” in <http://aeiou.expresso.pt/morreu-rosa-casaco=f107151> (acedido a 11-11-2009).

² Uma importante excepção é Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, s.e., s.l., Assírio & Alvim, 1993.

³ Note-se, por exemplo, que José Medeiros Ferreira, exilado político na Suíça nos anos finais do salazarismo e no decurso do marcelismo, no volume da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, que redigiu e que trata período compreendido entre o 25 de Abril de 1974 e a entrada de Portugal na CEE, ignora o tema dos refugiados políticos portugueses durante o período revolucionário. José Medeiros Ferreira, “Portugal em Transe (1974-1985)”, in *História de Portugal*, vol. VIII, dir. José Mattoso, 1ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993. Uma das últimas sínteses históricas do processo revolucionário português ignorou igualmente este tema. Kenneth Maxwell, *The Making of Portuguese Democracy*, s.e., Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

No entanto, e talvez como maior objecção à rejeição historiográfica do tema reside no facto de aquilo que se pode designar como a realidade do exílio e dos exilados políticos portugueses em Espanha ter sido recorrente, para não dizer cíclico, ao longo do século XX.⁴ Sobre esta dimensão cíclica, ou claramente histórica, ocupar-se-á a primeira parte da minha apresentação por me parecer importante destacar o facto dos acontecimentos do exílio de 1974-76 não se terem tratado de um fenómeno histórica e politicamente anómalo e, justamente por isso, não merecerem ser alvo do esquecimento a que têm sido votados pela historiografia.

Por outro lado, e para que se perceba o fenómeno do exílio político e dos exilados políticos em Espanha no pós-25 de Abril, há que ter em conta a especificidade dos anos de brasa da revolução e o modo como essa conjuntura condicionou o nascimento, consolidação e dissolução do exílio político, realidade política, cultural e social que envolveu milhares de portugueses e que em grande parte ocorreu em Espanha (deve aliás sublinhar-se que este se tratou, nos últimos 35 anos, do derradeiro momento da história do exílio político de portugueses, pondo-se desse modo um ponto final num fenómeno que foi quase ininterrupto entre 1910 e 1976 e que ocorrera já em períodos anteriores). Portanto, e apesar de possuir uma dimensão estrutural, a análise do fenómeno que aqui trago deve ser feito à luz daquilo que foi de igual modo um acontecimento específico, limitado no tempo – com a duração máxima de dois anos – e determinado, sobretudo, pelas profundas e únicas mudanças políticas, económicas, sociais, culturais e ideológicas ocorridas em Portugal entre Abril de 1974 e Novembro de 1975 (embora eu prefira colocar, e nisso não estou só, na tomada de posse do primeiro presidente da República eleito democraticamente e do I Governo constitucional saído das eleições de Abril de 1976, a conclusão efectiva do processo revolucionário e de transição para uma democracia com índices aceitáveis de estabilidade e de legitimidade política democrática). Esta delimitação do objecto de estudo em função do momento/conjuntura histórica, constitui a segunda parte da minha apresentação.

A terceira parte da análise produzir-se-á em função do modo como os exilados políticos, na qualidade de agentes históricos, se constituem e se definem a si

⁴ O fenómeno do exílio político de cidadãos ou súbditos espanhóis em Portugal ao longo do século XX também foi relativamente comum, particularmente durante a vigência da ditadura de Primo de Rivera entre 1923 e 1926, da II República e nos anos finais do franquismo que coincidiram com o período dourado da revolução portuguesa pós-Abril de 1974. Vejam-se: Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *Memórias da Condessa de Mangualde: Incursões Monárquicas, 1910-1920* (prefácio Vasco Pulido Valente), 3.ª ed., Lisboa, Quetzal Editores, 2002. Hipólito de la Torre Gómez, *Conspiração contra Portugal (1910-1912). As relações políticas entre Portugal e Espanha*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte, s.d.; idem, *Do "perigo espanhol à amizade peninsular": Portugal-Espanha (1919-1930)*, s.e., Lisboa, Ed. Presença, 1985; idem, *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-36)*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos, 1998; César Oliveira, *Portugal e a II República de Espanha — 1931-1936*, s.e., Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1985; idem, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, 1ª edição, Lisboa, O Jornal, 1987; Luís Farinha *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*, 1ª. ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1998.

mesmos, são identificados pelos seus contemporâneos e, finalmente, por aqueles que os analisam historicamente. Isto significa, por exemplo, que me irei centrar na identificação e análise dos protagonistas da história do exílio e nas suas histórias no duplo papel de sujeitos passivos e activos do processo histórico, isto é, como vítimas de acontecimentos que não controlam e que os condicionam, mas também enquanto sujeitos transformadores da história, uma vez que no exílio espanhol foi constituído um universo de resistência e de transformação política que embora pareça, e bem, ter estado longe de se tornar decisivo para determinar o curso da história do processo revolucionário português, significou ainda assim que muitas das vítimas deste – que também o foram – decidiram tomar nas suas mãos o seu destino e o da comunidade a que pertenciam.

1. O exílio político de portugueses em Espanha (1910-1973)

Historicamente a questão do exílio político português, e tendo em conta que desapareceu quase completamente com a consolidação da monarquia constitucional portuguesa após 1851,⁵ ressurgiu com a revolução republicana de Outubro de 1910. Se a história do exílio de liberais em França e em Inglaterra depois de 1820 marcou profundamente a história da monarquia constitucional até à década de 1840, nomeadamente ao ajudar a compreender muitos dos impasses, conflitos e rivalidades políticas e pessoais por demais evidentes antes, durante e depois da guerra civil de 1832-1834,⁶ o mesmo sucedeu com o exílio monárquico pós-1910 e com o exílio de oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo.

Se entre 1823 e 1832 os exilados políticos portugueses utilizaram a Espanha, acima de tudo, como etapa inicial de uma migração política que teve a Inglaterra e a França como destino derradeiro, posteriormente, nomeadamente entre 1910 e 1939, não seria assim. Após a implantação da República em Portugal a 5 de Outubro de 1910, e até ao início da década de 1920, quando o regime republicano pôs fim a uma estratégia política de confronto com os campos monárquico e católico, o território espanhol foi o mais importante destino dos emigrados políticos portugueses.

⁵ O braço miguelista (ou legitimista) da monarquia portuguesa exilou-se na Áustria depois da derrota na Guerra Civil em 1834. Vários foram os seus partidários que abandonaram Portugal naquela data. Muitos deles regressaram com o passar dos anos. Episódios revolucionários republicanos frustrados, assim como movimentações violentas executadas por anarquistas, produziram, sobretudo entre 1891 e 1910, uma modesta vaga de emigração política.

⁶ Sobre a “emigração” liberal entre 1823 e 1826 e 1828 e 1832, veja-se Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 1.º volume, 9.ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1986, pp. 155-181. Veja-se ainda Isabel Nobre Vargues e Luís Reis Torgal, “Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político” in Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), “O Liberalismo (1807-1890)” in *História de Portugal*, vol. V, dir. José Mattoso, 1ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 78-87.

Meia dúzia de anos depois, após a implantação da Ditadura Militar em Maio/Junho de 1926 e, sobretudo, quando a República foi restaurada em Espanha, muitos portugueses procuraram e encontraram uma vez mais no país vizinho o lugar ideal para o exílio político.⁷ Ou seja, os altos e baixos do exílio político português em Espanha dependeram, ainda que com excepções, do facto dos regimes — e por vezes até os Governos — existentes no país vizinho serem de cor política e ideológica oposta aos vigentes em Portugal.

Após a implantação da República centenas de monárquicos encontraram em Espanha o santuário de que necessitavam para dar início às mais variadas conspirações políticas cujo objectivo final se resumia a derrubar, com recurso à força das armas, a República. E de facto, em 1911 e em 1912, ocorreram duas incursões monárquicas que apesar de terem fracassado militar e politicamente, confirmaram a suposição, se é que de uma suposição se tratava, de que o apoio directo, ou pelo menos a cumplicidade mais ou menos camuflada por parte das autoridades espanholas, seria capaz de pôr seriamente em causa a integridade e a própria sobrevivência do regime republicano português. Ainda que algumas vezes enfrentando o condicionamento da acção política por parte das autoridades espanholas, a verdade é que os exilados portugueses se movimentaram em Espanha com ampla liberdade, desde Madrid a outras cidades localizadas nas imediações da fronteira luso-espanhola.⁸ Usaram, em prol dos seus projectos, meios e vias de transporte ferroviário, fluvial e marítimo espanhóis, ao mesmo tempo que contaram com a compreensão de autoridades policiais e judiciais e com apoios da oriundos da sociedade civil espanhola para porem em prática os seus projectos. Embora as facilidades tenham estado longe de ser as ideais, e que muitas vezes de onde se esperava a ajuda oficial ou oficiosa de Espanha apenas foi recebido aquilo que os monárquicos portugueses exilados classificaram como sendo traições e enganos, a verdade é que o fracasso

⁷ Na verdade, quando a Ditadura de Primo de Rivera e a I República coincidiram no tempo (1923-26), tanto por razões políticas estritamente portuguesas, como por vontade do poder em Madrid, a Espanha não foi santuário de conspirações políticas contra qualquer Governo português. O movimento do 28 de Maio que pôs fim à I República não recebeu qualquer apoio ou impulso oriundo de Espanha. Hipólito de la Torre Gómez, *Do "perigo espanhol à amizade peninsular". Portugal-Espanha (1919-1930)*, s.e., Lisboa, Ed. Presença, 1985, p. 110.

⁸ Após o fracasso da revolta do Monsanto e da Monarquia do Norte em Janeiro e Fevereiro de 1919, os "emigrados monárquicos" fizeram-se "sentir nos seus dois núcleos tradicionais de actividade: Madrid e as províncias fronteiriças, muito especialmente a galega." O Governo espanhol agiu então de forma a garantir a expulsão das províncias fronteiriças os "emigrados políticos." Nesta altura, e ao contrário do sucedido em 1911-12, o Governo espanhol mostrava-se solidário e cooperante com as preocupações veiculadas pelas autoridades portuguesas. No entanto, as autoridades locais desobedeciam como podiam às instruções governamentais. Nem que fosse pelo facto dos emigrados portugueses animarem a actividade hoteleira nas regiões onde se tinham estabelecido. Já em Madrid residiam os "cérebros" das conspirações frustradas. Aí possuíam, normalmente, "influentes amizades" que garantiam, por exemplo, "privilégios de tratamento para os «amigos» portugueses que queriam continuar a viver junto da fronteira." Na capital espanhola encontrava-se a "sede" da "tesouraria da emigração" e, naturalmente, "planeavam[-se] as actividades conspirativas." Hipólito de la Torre, *op. cit.*, pp. 52-53.

político da emigração política lusa no seu combate à República, entre 1911 e 1914, e entre 1919 e 1921, se deveu muito mais às suas características e limitações, às divisões que a minavam e à falta de apoios no interior do país, do que às faltas espanholas.⁹ O numeroso grupo de exilados monárquicos, sobretudo aqueles que, partindo da Galiza, participaram nas incursões de 1911¹⁰ e 1912, era constituído por soldados desertores e camponeses oriundos de regiões limítrofes do norte de Portugal, “enquadrados” por oficiais monárquicos, mas não necessariamente incondicionais ou fieis ao rei deposto, que tinham abandonado o exército português após a implantação da República. Apetrecharam-se para as operações militares que planearam com armamento modesto que adquiriram com grande dificuldade em Espanha e na Europa. Se até meados de 1912, os inimigos dos exilados monárquicos portugueses foram essencialmente republicanos espanhóis e portugueses que espiaram e boicotaram tanto e tão bem quanto lhes foi possível, a partir de Junho 1912, com a República portuguesa constitucionalizada e reconhecida internacionalmente, as próprias autoridades espanholas deram início a uma acção sistemática de controle e repressão das acções conspirativas levadas a cabo pelos exilados portugueses. Nomeadamente, executaram uma política de acantonamento, longe da fronteira, de todos os cidadãos portugueses suspeitos de conspirarem contra o Governo de Lisboa. Ainda assim, a permanência na Galiza, ao longo de mais de um ano, de muitas centenas de emigrados políticos portugueses capazes de lançarem duas incursões militares contra a República, e ainda que totalmente fracassadas nos resultados, só foi possível por causa de “uma mistura de tolerância e negligência” por parte das autoridades da monarquia espanhola e que ia desde a “inegável cobertura dada por Afonso XIII”, a sua corte e alguns membros do Governo, até à “descarada cumplicidade de caciques galegos e autoridades locais”, como era o caso do governador de Ourense onde se “concentrava o grosso das operações conspirativas.”¹¹ Se Madrid foi legalista na forma como impôs aos governadores das

⁹ Sobre o exílio galego dos portugueses, civis e militares, que prepararam e executaram as “incursões monárquicas” de Outubro de 1911 e Julho de 1912, Vasco Pulido Valente, *Um Herói Português. Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*, s.e., Lisboa, Aletheia, 2006, pp. 88-117. Ver ainda Maria Teresa de Souza Botelho e Mello, *op. cit.*; Hipólito de la Torre Gómez, *op. cit.*; idem, *Conspiração contra Portugal (1910-1912). As relações políticas entre Portugal e Espanha*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte, s.d.

¹⁰ Na incursão de Outubro de 1911 apenas um terço dos cerca de mil homens que nela participaram se encontravam armados.

¹¹ A incursão de 1912 que se materializou apenas na região de Chaves, em Trás-os-Montes, tinha prevista a abertura de quatro frentes a partir de Espanha e nas quais deveriam ter participado cerca de 3 000 homens. Além da frente transmontana, haveria ainda uma no Minho, outra no Alentejo e uma quarta na Beira Alta. Simultaneamente, previa-se a sublevação de unidades militares no Porto, Braga, Bragança, Viseu e Lamego. Ou seja, Espanha, e em particular a Galiza, com Paiva Couceiro à frente, eram apenas uma de duas faces de uma importante conspiração monárquica contra a República. A segunda face, interna, estendia-se por todo o país e possuía um comité de liderança “radicado” em Lisboa. Hipólito de la Torre Gómez, *El imperio del Rey: Alfonso XIII, Portugal y los ingleses (1907-1916)*, s.e., Mérida, Editorial Regional de Extremadura, 2002, pp. 51-53.

províncias fronteiriças a vigilância e a repressão dos emigrados políticos portugueses, já os *alcaldes*, nomeadamente nas cidades próximas da fronteira entre a Galiza e Portugal, resistiam a tomar quaisquer medidas que expulsassem os portugueses ou tornasse desconfortável a sua presença. De facto, e uma vez que a presença de emigrados proporcionava uma importante fonte de receitas para economias locais relativamente deprimidas, o poder local e representantes de alguns sectores de actividade económica, desde logo a hoteleira, resistiram e até apelaram à revogação de quaisquer ordens de expulsão de emigrados portugueses (que segundo os apelos se conduziam “«dentro do maior respeito pelas leis espanholas.»” E se na raia a situação era esta, tanto na Galiza como nas imediações de Salamanca, Cáceres ou Badajoz, em Madrid os emigrados portugueses continuaram a gozar de moderada protecção de alguns notáveis espanhóis. Tratavam-se dos “cérebros”, reais ou putativos, de conspirações passadas e futuras contra a República e contra o próprio rei deposto, D. Manuel II.¹² Fosse como fosse, tanto por vontade dos monárquicos como por imposição do Governo de Madrid, a presença de emigrados políticos portugueses em Espanha não constituiu minimamente, entre Julho de 1912 e Abril de 1921, quando uma amnistia política generalizada foi decretada em Portugal, qualquer ameaça à integridade da República. Depois daquela data, e apesar de continuarem a viver em Espanha monárquicos nostálgicos do uso das armas para combater e derrubar a República, o exílio deixou de ter relevância política.

Após o derrube da I República na sequência de um golpe político-militar ocorrido em Maio de 1926, e sobretudo depois da fracassada revolução republicana de Fevereiro de 1927, o fenómeno do exílio político português readquiriu grande importância.¹³ No entanto, o facto de até 1930 ter prevalecido em Espanha uma solução política autoritária com pontos de contacto com o regime de “ordem” e de “autoridade” entretanto instaurado em Portugal, nomeadamente por coincidirem no combate aos princípios para-democráticos da I República portuguesa e da monarquia pré-primoriverista, fez com que os emigrados políticos lusos tivessem que procurar refúgio seguro para lá dos Pirinéus. Daí que, e até 1931, tenha sido sobretudo a partir de França e Brasil que os republicanos portugueses opositores à Ditadura Militar conspiraram, aliás sem grande êxito. Derrubado Primo de Rivera

¹² Hipólito de la Torre, *Do “perigo espanhol à amizade peninsular”. Portugal-Espanha (1919-1930)*, pp. 52-55 e 68 e ss.

¹³ Após a derrota na revolução de Fevereiro de 1927, os revirralistas reorganizaram-se no estrangeiro, sobretudo em Paris, embora tenha sido em Vigo e na Corunha que se estabeleceram os “primeiros núcleos de emigrados políticos [...]”. Numa reunião ocorrida em Vigo ainda em Fevereiro, os revoltosos emigrados estabeleceram “alguns compromissos revolucionários” e começaram a dar forma “à futura Liga de Defesa da República, conhecida por Liga de Paris.” Este núcleo revolucionário exilado na Galiza decidiu, em Junho, reentrou clandestinamente em Portugal onde deram início a novos preparativos revolucionários. Luís Farinha, *op. cit.*, pp. 64-65.

e reimplantada a República, os emigrados políticos portugueses, oriundos da Europa e do Brasil, começaram a fluir em ritmo e número considerável a Espanha. De imediato, e ainda antes da proclamação da II República, esses emigrados políticos, que rapidamente se foram estabelecendo em Espanha, apoiaram e intervieram numa conspiração que produziu um episódio reviralista que teve como epicentro a ilha da Madeira, mas também afectou o arquipélago dos Açores e a Guiné, e cujo objectivo era o derrube da Ditadura Militar e a restauração da ordem política e constitucional que vigorara em Portugal até Maio de 1926.¹⁴

Entre 1931 e 1939, com excepção do biénio em que um Governo conservador geriu os destinos de Espanha, os emigrados políticos portugueses encontraram no país vizinho um autêntico santuário onde puderam conspirar livremente tendo como objectivo o derrube da Ditadura Militar e, a partir de 1933, do Estado Novo. No entanto, as ameaças oriundas de Espanha não se resumiam à presença politicamente muito activa de exilados portugueses. Em Setembro e Outubro de 1931, Melo Barreto, o máximo representante diplomático português em Madrid, alertou para o facto do debate constitucional em curso em Espanha prever a aprovação de uma lei fundamental com um forte cunho federal. A autonomia política que estava a ser reivindicada pela Catalunha (sobretudo), pela Galiza e pelo País Basco, sintoma de um federalismo espanhol que poderia rapidamente tornar-se num federalismo ibérico, despertava velhos receios.¹⁵ Na altura Melo Barreto chamou ainda a atenção para os perigos da dimensão “socializante, estatista e anticlerical” que certamente caracterizariam a futura Constituição republicana. No entanto, politicamente mais grave, do ponto de vista do ministro de Portugal em Madrid, era o facto do fim da monarquia em Espanha ter quase imediatamente dado início “a uma política de

¹⁴ A proclamação da república em Espanha ocorreu a 14 de Abril, tendo a revolta da Madeira, que incluiu pronunciamentos nos Açores e na Guiné e previa uma sublevação militar generalizada no Continente, deflagrada a 4 de Abril na Madeira, a 8 nos Açores e a 17 em Bolama, então capital da Guiné. Só a 1 de Maio conseguiu a Ditadura Militar restaurar a ordem política e militar na Madeira, após a derrota das duas outras sublevações na Guiné e nos Açores. Jornais portugueses como *A Voz*, o *Diário da Manhã* e *O Século* não deixaram de associar a coincidência temporal entre a chamada revolta da Madeira e a restauração da República em Espanha, acontecimentos ocorridos todos eles entre 4 e 14 de Abril. Ou seja, como o objectivo da revolta da Madeira, e que devia ter-se estendido ao continente, era a restauração da I República portuguesa, as conclusões políticas a retirar de tamanha coincidência eram para aqueles jornais absolutamente óbvias. Lisboa viveu em ambiente de conspiração política permanente, de que foram causa inúmeros rebentamentos de bombas, confrontos entre republicanos e forças policiais ou apoiantes civis da Ditadura, desde o 1.º Maio de 1931 até Outubro seguinte. César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, 1ª edição, Lisboa, O Jornal, 1987, pp. 74-79. Sobre a chamada “Revolta das Ilhas”, Luís Farinha, *op. cit.*, pp. 145-171.

¹⁵ Na verdade, e com o passar do tempo, a reacção da diplomacia portuguesa ao avanço do federalismo em Espanha tornou-se ambivalente. Com a aprovação, em referendo, do estatuto de autonomia catalã, o máximo representante de Portugal em Madrid, Melo Barreto, e até o ministro de Portugal em Berna, avaliaram favoravelmente a “diminuição” de Espanha. O ministro em Berna afirmou mesmo que “«Portugal deve renascer com a mutilação da Espanha.»” Hipólito de la Torre Gómez, *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-36)*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos, 1998, p. 51.

ingerência nos assuntos internos portugueses.” E Melo Barreto, “tinha absoluta razão” nas acusações que fazia ao Governo espanhol, “apesar de desconhecer, na altura, muito do apoio que importantes figuras da Espanha republicana” prestavam “à oposição portuguesa no exílio.”¹⁶ E se “uma semana após a implantação da II República”, Jaime Cortesão, uma das figuras mais destacadas do oposicionismo republicano à Ditadura Militar, viajou para Madrid onde apresentou, em nome da Liga de Paris, “cumprimentos ao novo governo” espanhol, imediatamente a seguir Madrid, e muitas cidades e vilas limítrofes da fronteira portuguesa, sobretudo na Galiza, transformaram-se nos mais importantes pólos da “da emigração portuguesa no exílio.” A reacção das autoridades lusas a esta realidade materializou-se em pedidos feitos pelo seu ministro em Madrid para que o Governo espanhol controlasse a entrada de exilados políticos portugueses em Espanha e/ou que pura e simplesmente os internasse “a mais de 100 km da fronteira.” Nesta circunstâncias, mais importante do que as manobras levadas a cabo pelo Governo de Madrid para iludir as iniciativas portuguesas, foi o facto de em Vigo, na Corunha, Badajoz, Cáceres, Sevilha e Madrid se terem refugiado e conspirado, com cada vez maior intensidade e eficácia, centenas de refugiados políticos portugueses oriundos de vários pontos da Europa (onde tinham permanecido até ao derrube da monarquia em Espanha), e de Portugal, onde desde o início de 1927 se sucediam conspirações políticas e militares fracassadas contra a Ditadura Militar.¹⁷

Ainda em 1931, figuras gradas da II República (a começar pelo ministro da Guerra, e mais tarde chefe do Governo, Manuel Azaña) comprometeram-se, e cumpriram, a fornecer armas e dinheiro aos emigrados políticos portugueses.¹⁸ De igual modo, as autoridades espanholas apoiaram, com explosivos e acesso a estruturas de telecomunicações, a revolta da Madeira de 4 de Abril 1931. Tendo em conta o calendário da implantação da república em Espanha, a sua natureza política e as ambições de muitas das suas figuras gradas e daquela que a sua base política e social de apoio, dificilmente se poderão pôr em causa as acusações do *Diário da Manhã* para quem o Governo espanhol e os oposicionistas portugueses sediados no país vizinho não descartariam a possibilidade de tentarem o derrube da Ditadura lançando uma incursão militar a partir de Espanha, ainda que sem a intervenção directa das suas Forças Armadas.¹⁹ Como confessou Azaña no seu diário a 31 de Outubro de 1931, e num momento em que os exilados portugueses em Espanha porfiavam para obter armas e dinheiro para derrubarem a Ditadura Militar, era seu desejo ter “«sucesso

¹⁶ César Oliveira, *op. cit.*, pp.83-84 e Luís Farinha, *op. cit.*, pp. 134-135.

¹⁷ *Ibidem*, pp. 135-136.

¹⁸ Hipólito de la Torre Gómez, *op. cit.*, pp.40-47.

¹⁹ Luís Farinha, *op. cit.*, p. 136.

neste assunto» porque dessa forma «preencheria as minhas ambições, e já dizia que tinha feito um serviço a Espanha.»²⁰ As palavras de Azaña podiam querer dar a entender que a sua preocupação com Portugal estava relacionada apenas com a salvaguarda da República em Espanha. No entanto, o seu relato de uma conversa que manteve, em Agosto de 1931, com Jaime Cortesão, intelectual e um dos notáveis opositoristas do velho republicanismo português, demonstra claramente que o objectivo final do derrube da Ditadura em Portugal e da preservação de um certo modelo republicano em Espanha era construir uma união ibérica que o próprio Jaime Cortesão considerava dever ser preparada através do estreitamento dos laços culturais e económicos entre Espanha e Portugal, por um lado, e a América Latina e a Península Ibérica, por outro.²¹

Em 1932 e 1933, com o Governo liderado por Manuel Azaña, prosseguiu o apoio aos exilados políticos portugueses e as pretensões de parte das elites políticas e culturais espanholas de adoptarem uma estratégia que minasse o autoritarismo português e produzisse a sua queda, proporcionando ainda a prazo a criação de federação política na Península Ibérica. Ou seja, entre 1931 e 1933, os exilados políticos portugueses em Espanha podiam contar com o apoio político das autoridades de Madrid naquilo que era a concretização dos seus objectivos políticos, materializando-se esse apoio na concessão de ajuda financeira e no apoio à aquisição e transporte de armamento que deveria ser usado para derrubar a Ditadura Militar. No entanto, esse apoio tinha como contrapartida o crescimento do iberismo, especialmente de feição espanhola, o que significava que, conscientemente ou não, as suas acções serviam os interesses da política espanhola na Península Ibérica e nos continentes sul e centro americanos.²²

A chagada da direita ao poder após as eleições de Novembro de 1933 fez com que os exilados políticos portugueses em Espanha vissem ameaçadas as posições conquistadas no biénio anterior. Adiado ficava o projecto de lançamento de uma revolução em Portugal assente no apoio facultado pela retaguarda espanhola, ao mesmo tempo que o novo Governo de Madrid condenava e denunciava publicamente o apoio dado pelo seu antecessor aos emigrados políticos lusos. Além do mais, muito rapidamente melhoraram as relações entre os dois Estados, tendo sido

²⁰ Citado em Hipólito de la Torre Gómez, *op. cit.*, p. 55.

²¹ *Idem, ibidem*. Resta saber se Azaña reproduz com fidelidade aquilo que Cortesão lhe teria e, sobretudo, se este estaria a ser sincero no seu iberismo. Afinal, o iberismo poderia apenas ser um instrumento útil, mas circunstancial, para comprar o apoio de alguns sectores do Governo espanhol para a causa dos exilados políticos portugueses em Espanha.

²² *Ibidem*, pp. 55-56 e Luís Farinha, *op. cit.*, pp. 209-222.

sintomas dessa realidade a presença de vários de altos dignatários portugueses e espanhóis em acontecimentos politicamente simbólicos ocorridos nos dois lados da fronteira, ou ainda o esforço para que essa aproximação se pudesse consolidar através da celebração de acordos luso-espanhóis de natureza política e económica que, no entanto, jamais teriam tranquilizado as autoridades portuguesas quanto aquilo que em qualquer momento podia ser uma mudança nos desígnios espanhóis em relação a Portugal.²³

Este período de apaziguamento das relações bilaterais terminou com o triunfo da Frente Popular nas eleições de Fevereiro de 1936. O ambiente político favorável aos exilados políticos portugueses repetiu até Julho de 1936 aquilo que já ocorrera entre a Primavera de 1931 e o Outono de 1933.²⁴ Com o empenho pessoal e político de inúmeras figuras destacadas do Governo da Frente Popular e de partidos que a apoiaram, os exilados políticos portugueses puderam voltar conspirar contra o Estado Novo liderado por Carmona e Salazar. Contaram uma vez mais com apoio financeiro significativo, nomeadamente para a aquisição de armamento que deveria ser usado para derrubar a ordem política vigente em Portugal. No entanto, o levantamento militar e o início subsequente da Guerra Civil, ao que há que juntar o facto das fronteiras entre Portugal e Espanha terem muito rapidamente caído sob domínio dos revoltosos, condenaram o exílio político português em Espanha à impotência e à subsequente extinção.²⁵ Ainda assim, o que também atesta a assinalável contestação de que o Estado Novo era alvo, milhares de portugueses terem participado, com ou sem armas na mão, no esforço de guerra desenvolvido pelos republicanos ao longo de quase três anos.²⁶

²³ Hipólito de la Torre Gómez, *op. cit.*, pp. 65-83, César Oliveira, *op. cit.*, pp. 98-106 e Luís Farinha, *op. cit.*, pp. 238-244. *Ibidem*, pp. 260-261 para o "Plano Lusitânia" que previa a invasão de Portugal a partir da Espanha republicana em 1938: "[...] através da conjugação de forças marítimas, terrestres e aéreas que actuarium em conformidade com uma operação idealizada pelos republicanos espanhóis na região da Estremadura. [...] os republicanos tentariam construir um corredor, dividindo a zona nacionalista pelo interior de Castela, favorecendo assim a entrada dos portugueses, a subversão salazarista e garantindo uma retaguarda mais favorável ao regime espanhol." Os portugueses contavam "com o apoio em armas e munições do governo espanhol, embora toda a acção militar devesse realizada por portugueses." Em Portugal, sectores do Revirinho fizeram as suas tentativas falhadas de aliciar unidades militares para apoio a um plano que era, sob todos os pontos de vista, tão irrealista quanto absurdo. *Ibidem*, pp. 261-266 para o repatriamento dos republicanos exilados em Espanha e em França nos momentos finais da Guerra Civil e já mesmo depois da conclusão desta.

²⁴ Sobre a "comunidade de portugueses exilados" em Madrid no momento do deflagrar da Guerra Civil, José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, volume I, "Daniel", *O Jovem Revolucionário (1913-1941)*, 1ª. ed., s.l., Temas e Debates, 1999, pp. 198-206.

²⁵ Hipólito de la Torre Gómez, *op. cit.*, pp. 87-101 e César Oliveira, *op. cit.*, pp. 118-122. Note-se, embora esse não seja o tema deste trabalho, que Portugal se tornou num importante destino de emigrados políticos espanhóis desde Abril de 1931, com destaque para o general Sanjurjo, cabecilha da conspiração político-militar que conduziu ao levantamento de 18 de Julho de 1936. Conspiradores da direita espanhola entraram e saíram de Portugal com cada vez maior frequência, e aí conspiraram com conhecimento e algum apoio oficioso de figuras maiores da vida política portuguesa, a partir de Maio de 1936. Sobre a emigração política espanhola em Portugal, *idem*, *ibidem*, pp. 115-117 e p. 122.

²⁶ *Ibidem*, pp. 263-281.

Terminada a guerra civil em Março de 1939, e até Abril de 1974, vista a solidariedade política e as semelhanças entre os regimes autoritários espanhol e português, o exílio português organizado deixou de existir em Espanha. O país vizinho passou a ser apenas ponto de passagem obrigatório para muitos portugueses que, por razões políticas, ou outras, tentaram e conseguiram abandonar Portugal. À excepção do episódio relativo ao assassinato do general Delgado em 1965, Espanha não foi mais do que um inferno que havia que ser atravessado pela emigração política e económica portuguesa antes de chegar a porto seguro para lá dos Pirinéus.

Curiosamente, no entanto, Portugal foi o lugar escolhido por D. Juan de Bourbon, conde Barcelona e pretendente ao trono espanhol, para viver e se manter politicamente activo durante várias décadas até à morte de Franco e a subida do seu filho, Juan Carlos I, à chefia do Estado. Em Cascais, então uma pacata mas cosmopolita vila localizada nos arredores de Lisboa, D. Juan de Bourbon viveu acompanhado pela sua família e por muitos monárquicos residentes em Portugal e recebeu visitas regulares ou ocasionais de alguns dos mais importantes ou inconformados opositores monárquicos ao franquismo no pós-guerra.²⁷

2. De que modo uma revolução libertadora produziu exilados políticos

O êxito político e militar muito rápido – talvez até demasiado rápido – do pronunciamento de 25 de Abril de 1974, não fazia prever aos mais optimistas as mudanças sociais e políticas radicais que iriam começar a fazer-se sentir logo a partir do mês de Maio e que lançaram Portugal não apenas no caos²⁸ mas, e sobretudo, estiveram a ponto de tornar numa impossibilidade o estabelecimento e consolidação de um sistema político democrático.

Os golpistas não só não encontraram resistência substantiva às movimentações militares que executaram ao longo do dia 25, como puderam contar com a

²⁷ Paul Preston, *Juan Carlos. O Rei de um Povo*, s.e., Lisboa, Quetzal Editores, 2004, pp. 37 e ss.

²⁸ Estão por contabilizar as centenas de milhar de horas de trabalho perdidas em greves legais ou ilegais, em plenários e em manifestações legais ou “selvagens”; o número e o valor das propriedades industriais, rurais ou urbanas ocupadas e total ou parcialmente destruídas num espaço de tempo mais ou menos curto, ou mais ou menos longo. Não se contabilizou nem nunca se contabilizará o valor da propriedade pública destruída ou vandalizada. Desconhece-se com um mínimo de rigor o número de pessoas perseguidas por razões político-ideológicas durante o período revolucionário e que se viram forçadas a emigrar, ou pura e simplesmente a mudar de casa e de local de trabalho no seu próprio país. Além dos saneamentos ocorridos nos mais variados sectores do funcionalismo público, do afastamento arbitrário de docentes e militares, altos quadros de inúmeras empresas públicas e privadas, patrões e gestores foram igualmente afastados. Sabe-se, no entanto, que entre 25 de Abril de 1974 e Junho de 1976, Portugal teve seis governos provisórios e um constitucional, três presidentes da república e quatro primeiros-ministros. Elegeram deputados para uma Assembleia Constituinte a 25 de Abril de 1974 e deputados para uma Assembleia Legislativa um ano mais tarde.

impotência, o reconhecimento, a neutralidade e/ou a colaboração dos mais diversos e improváveis pilares de sustentação do regime deposto (forças de segurança, incluindo, inicialmente, a polícia política,²⁹ a milícia do regime, o partido do regime e a generalidade das Forças Armadas tanto na metrópole como, sobretudo, nos territórios ultramarinos, onde se encontravam estacionados largas dezenas de milhar de homens). Paralelamente, na sociedade portuguesa, grupos dos mais variados, claros apoiantes e dependentes do regime que acabara de ser derrubado, não viraram a cara à nova situação política, dando inúmeros sinais de com ela pretenderem colaborar. Desde os chamados grandes grupos económicos, que labo-
ravam nos mais variados sub-setores industriais e financeiros com ramificações em toda a actividade económica portuguesa, e que só ficaram para todos claras após as nacionalizações de 11 de Março de 1975, até aos pequenos e médios empresários comerciais e industriais, passando pelos latifundiários ribatejanos e alentejanos, não só ninguém levantou um dedo para defender o regime deposto ou para contestar a nova situação, como tornaram público o seu apoio, a sua adesão ou, na pior das hipóteses, a sua neutralidade. Por fim, o primeiro Governo provisório, com Palma Carlos como chefe de Governo convidado pelo general Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional e depois presidente da República, pretendia incluir, e incluiu de facto, as principais sensibilidades políticas do país, deixando de fora “os salazaristas da velha guarda e a extrema-esquerda estudantil”, o que significava que incluía o PCP recém saído da clandestinidade.³⁰

Porém, logo nos meses de Maio e Junho de 1974 os velhos equilíbrios sociais e económicos começaram a ser subvertidos. Em primeiro lugar, pelo agravamento dos efeitos produzidos pela crise económica internacional que ia produzindo mais inflação e consequente perda do poder de compra das famílias. A mesma inflação colocava maiores dificuldades ao Estado e às empresas como consequência da subida muito rápida e imparável das taxas de juro. A inflação, por seu lado, decorria em grande medida da subida em espiral do preço do petróleo nos mercados internacionais, tornava perigosamente deficitária as balanças comercial e de transacções correntes, ao mesmo tempo que ameaçava a sanidade das contas públicas. Mas foram acima de tudo as movimentações levadas a cabo por estudantes do ensino liceal e universitário, por funcionários públicos, mas sobretudo por trabalhadores dos sectores dos serviços, da agricultura e da indústria (nestes dois casos sobretudo

²⁹ Sobre o destino que os conspiradores reservaram à polícia política, a Direcção Geral de Segurança, no seu plano de operações militares e nas 24 a 48 horas iniciais de execução daquelas, Irene Flunser Pimentel, *A História da PIDE*, 1.ª ed., s.l., Circulo de Leitores – Temas e Debates, 2007, pp. 513-519. Deixou de ser sintomático o facto de os agentes da DGS na metrópole terem sido detidos nos dias subseqüentes à vitória dos golpistas e de nos territórios ultramarinos terem permanecido em liberdade e a colaborarem com as novas autoridades.

³⁰ Rui Ramos (coord.), *História de Portugal*, 1.ª ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 714.

na região centro e sul de Portugal³¹) que produziram consequências profundas e duradouras desequilibrando aquilo que até Abril de 1974 se mantivera como que milagrosamente estabilizado sob os pontos de vista económico, social e político. As mudanças ocorridas sucederam ainda num momento em que o poder político-militar português se preocupou quase exclusivamente com o destino de um império colonial e que se constituía em causa primeira do pronunciamento militar.³²

Numa mensagem que apareceu pintada numa parede do Instituto Superior Técnico pouco depois do 25 de Abril, podia ler-se: “Revolução das rosas:³³ pétalas para a burguesia, espinhos para o povo.”³⁴ Mais do que uma palavra de ordem ou uma tentativa de análise “objectiva” e “científica” dos acontecimentos de 25 de Abril por esquerdistas revolucionários ou por observadores cínicos da actualidade política portuguesa, aquela frase equivalia a uma espécie de antecipação do futuro. Expressava o desejo e a vontade de inverter a situação política e social ditada pelos acontecimentos recentes e pela realidade herdada das dezenas de anos em que vigorara o “fascismo”. Isso significava que desde o momento em que Marcello Caetano e Américo Thomaz, e com eles grande parte da elite política do regime deposto, foram afastados do poder, não era inevitável, e muito menos se tratou de uma coincidência, a crescente radicalização da vida política portuguesa ocorrida entre Maio de 1974 a, pelo menos, Novembro de 1975. Independentemente das circunstâncias históricas, políticas e sociais, esse processo de radicalização foi arquitectado e executado por uma vanguarda político-militar radical carente de base de apoio social e fragmentada em múltiplos partidos e movimentos. Naturalmente, o carácter minoritário do radicalismo político e social português no pós-25 de Abril não tornava inevitável a sua derrota no decurso de um processo revolucionário que tardaria algum tempo em desenvolver e a amadurecer. Já havia sido assim em Portugal com a experiência liberal depois de 1821 e de 1834 ou, mais tarde, após o triunfo dos republicanos a 5 de Outubro de 1910. Por outro lado, a história de revoluções políticas bem sucedidas é a história de acontecimentos em que se verifica a imposição da prática e do pensamento político de uma minoria a uma maioria.

Foi justamente o processo de radicalização política pós-25 de Abril, e não uma fuga espontânea ou organizada por parte de membros da elite política deposta

³¹ Nas cidades de Setúbal e de Lisboa, e nas respectivas cinturas industriais, e nos campos do Alentejo e Ribatejo.

³² Um dos mais relevantes resultados da descolonização foi produzir em pouco mais de um ano uma vaga de refugiados que se estima ter sido superior a 500 mil homens, mulheres e crianças. Tendo tido como destino a metrópole, este fluxo de refugiados dirigiu-se ainda à África do Sul, à então Rodésia do Sul e ao Brasil. Rui Ramos, *op. cit.*, p. 720.

³³ Apesar da 25 de Abril ficar para a história, e sobretudo para o imaginário esquerdista português e internacional, como a “Revolução dos Cravos.”

³⁴ Citado em Kenneth Maxwell, *op. cit.*, p. 60.

pelo pronunciamento militar, que produziu o exílio português que se veio a radicar em vários pontos do globo, mas sobretudo em Espanha e no Brasil. Ou seja, o grosso dos exilados políticos portugueses foi vítima não da queda de um regime político provocado por um pronunciamento militar, mas da luta política que se foi radicalizando a partir do início de Maio de 1974 e que pretendeu impor sem legitimidade política democrática uma nova ordem política e social.³⁵ Esta luta política crescentemente radicalizada —primeiro à esquerda, mais tarde à direita— começou por ter lugar em empresas de todo o tipo e dimensões, fossem elas comerciais, financeiras, industriais, agrícolas, etc. Com os acontecimentos de 28 de Setembro de 1974, que levaram à demissão do general António de Spínola, as causas da emigração política alargaram-se e intensificaram-se. Entre Outubro de 1974 e Março de 1975 o número de refugiados políticos em Espanha e no Brasil subiu, num cálculo que poderá pecar por escasso, para 100 mil indivíduos. A expressão do poder revolucionário e a acelerada destruição da economia e dos equilíbrios sociais herdados do anterior regime explicam essa emigração.³⁶ Não admira por isso que, em Dezembro de 1974, a Comissão Coordenadora do MFA estabelecesse que os saneamentos deviam abranger, não apenas os “comprometidos com o regime fascista”, mas “todos os indivíduos que, por não acompanharem o processo revolucionário, o obstruam”. Numa questão de meses 20 mil pessoas viram-se assim afastadas dos empregos sendo substituídas por gente afecta à nova ordem revolucionária. Quanto ao número de presos políticos, uma Comissão de Averiguação de Violências constituída para investigar certo tipo de abusos praticados durante a revolução contou pelo menos mil presos políticos, “sete vezes mais do que no fim do Estado Novo”. Recolheu ainda “provas de prisões arbitrárias, efectuadas sem motivação criminal, sem finalidade processual e sem preocupação de legalidade”, tudo levado a cabo “por uma multiplicidade de entidades militares.” Muitos dos presos confirmaram que tinham “sido privados de assistência jurídica e detidos por tempo indeterminado, até 17 meses, sem jamais terem sido sequer informados dos motivos da prisão.”³⁷

³⁵ Segundo documentação diplomática portuguesa, o jornal *Faro de Vigo* noticiou em Setembro de 1975 que desde Abril do ano anterior teriam sido adquiridos naquela cidade galega, por exilados portugueses ali entretanto fixados, mais de quinhentos andares. Ainda segundo aquele diário, aquelas “aquisições representavam 20%” dos andares construídos, correspondendo a “um investimento superior a 700 milhões de pesetas.” Para o *Faro de Vigo* este facto paliava a descida verificada nos investimentos mobiliários por parte dos emigrantes galegos que adquiriam a maior parte dos andares construídos naquela cidade. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministerios dos Negocios Erangeiros [AHDMNE]. PEA/16. “Embaixada de Portugal em Madrid. Serviços de Imprensa. Informação relativa ao período de 17 a 24 de Setembro de 1975. Portugal visto pela imprensa espanhola.”

³⁶ Um destacado emigrado e conspirador contra-revolucionário estimou em mais de 4 mil o número de presos políticos após o 11 de Março (o “que restava para ser preso, foi preso”) e um total de cerca de 20 mil pessoas exiladas entre Abril de 1974 e Março de 1975 (o “que restava para fugir, fugiu”). W. Paradelo de Abreu, *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro. Memória do Tempo Perdido*, s.e., Lisboa, Editorial Intervenção, 1983, p. 111.

³⁷ Inclusive figuras cimeiras do Estado Novo, contra as quais, em teoria, seria possível recolher grande quantidade de provas das maiores malfetorias, como seria o caso do almirante Henrique Tenreiro. Álvaro Garrido, *Henrique Tenreiro: Uma biografia política*, 1.ª ed., s.l., Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2009, pp. 345-366.

Ocorreram episódios de maus tratos e até de tortura “com choques eléctricos”. Registou-se pelo menos uma morte, por privação de tratamento médico. Averiguados estes e outros factos chegou-se à conclusão de que Portugal era um “Estado de não-direito”. Na capital, a tropa achou-se “poderes ilimitados sobre a segurança e a liberdade das pessoas”. Decidiu pleitos, dirimiu questões civis, e, por exemplo, ignorando o direito, resolveu problemas ligados à endémica falta de habitação, sobretudo na grande Lisboa. Esta omnipresença e onnipotência decorreu da “retracção dos papeis tradicionais da PSP e da GNR, desautorizadas e quase desarmadas,” retracção essa que era também imposta pela tropa e pelas circunstâncias em que aquelas forças tinham exercido a sua acção durante o salazarismo e o marcelismo. Portanto, por convicção, voluntarismo e, até, por necessidade, unidades militares funcionaram como polícias e até como quase tribunais. Ou seja, investigavam, prendiam, julgavam e sentenciavam. A Polícia Militar de Lisboa, por exemplo, colocou sobre os seus ombros o “saneamento da criminalidade” como passo inevitável para a construção de um novo homem e de uma nova ordem social. Em dois meses, terá prendido na capital cerca de 800 pessoas, incluindo menores, sujeitando-as depois no seu quartel da calçada da Ajuda, a poucas centenas de metros do Palácio de Belém, há décadas residência oficial do presidente da República, aos mais brutais espancamentos e humilhações.³⁸

Depois do golpe militar falhado de 11 de Março de 1975, golpe com concepção spinoquista,³⁹ a emigração política viu o seu crescimento acelerar ao mesmo tempo que se tornava mais activa politicamente, assemelhando-se em quase tudo às anteriores experiências da emigração portuguesa em Espanha.⁴⁰ De facto, o pós-11 de Março de 1975 não apenas radicalizou a revolução portuguesa, como excluiu, ou pretendeu excluir, da vida política milhares de cidadãos ao mesmo tempo que pretendia impedir a evolução da situação política para um sistema que se aproximasse, ou até se confundisse, com a generalidade dos então existentes na Europa ocidental.⁴¹

³⁸ Rui Ramos, *op. cit.*, p. 732.

³⁹ Luís Nuno Rodrigues, *Spínola. Biografia*, 1.ª ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, pp. 544-559.

⁴⁰ Ao contrário daquilo que afirmou Sá Carneiro, entre Maio de 1974 e Novembro de 1975, não foi o “processo de democratização” política que se transformou num “processo revolucionário”. Foi um “processo revolucionário” que, em certa medida inexplicavelmente, deu lugar a um “processo de democratização.” Citado em Rui Ramos, *op. cit.*, p. 726.

⁴¹ Na noite de 11 de Março a revolução portuguesa deu um dos seus maiores saltos em frente. Às 23h50m, no Instituto de Defesa Nacional em Lisboa decorreu, ao longo de uma dezena de horas, “uma reunião aberta do Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas [MFA], por iniciativa da 5.ª Divisão [do Estado-Maior General das Forças Armadas].” Conhecida como a “assembleia selvagem”, presidida pelo presidente da República general Costa Gomes, “discutiu a reintrodução da pena de morte” e aprovou a dissolução dos “conselhos das armas”. Criou “o Conselho da Revolução, que herdou poderes da Junta de Salvação [Nacional] do Conselho Superior e do Conselho de Estado.” Votaram-se as nacionalizações mas acabou por ser votada favoravelmente, já no fim da reunião, a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte. Rui Ramos, *op. cit.*, pp. 727-728.

Neste contexto, por exemplo, as tentativas de cerceamento da liberdade de expressão e de informação com sinal contrário àquele que era veiculado pelas vanguardas revolucionárias, e que se foi apropriando dos poderes públicos, manifestou-se na acção de uma Comissão *ad hoc* para a Imprensa que actuou “legalmente” contra dezenas de jornais “reaccionários”, a maior parte deles com divulgação regional.⁴² Mas nada que atingisse as proporções internacionais e nacionais que foram os sucessivos incidentes em torno do controlo da Rádio Renascença (da Patriarcado de Lisboa) ou do jornal *República*, o jornal oficioso do Partido Socialista em Maio de 1975. Isto significa que apesar das eleições para a Assembleia Constituinte terem sido uma enorme derrota política para o Partido Comunista, o satélite MDP/CDE, e para os inúmeros partidos da extrema esquerda, toda a Primavera, Verão e grande parte do Outono de 1975 foram de confronto intenso e violento envolvendo pelo menos três sensibilidades político-ideológicas no seio das Forças Armadas (moderados, comunistas e extrema esquerda) e dois grandes blocos político-partidários. Um girando em torno do Partido Socialista, o outro à volta do Partido Comunista Português.

O confronto resolveu-se nos dias 25 e 26 de Novembro de 1975 na sequência de um confronto entre forças militares na região de Lisboa de que saíram vencedores os militares moderados e o Partido Socialista e os seus aliados circunstanciais. Derrotados, mais do que o Partido Comunista, que viu inesperadamente assegurada a sua sobrevivência por declarações feitas por Melo Antunes diante das câmaras da televisão estatal portuguesa que condicionaram uma reacção anticomunista político-militar violenta, foi a extrema esquerda que, em poucos meses, e apesar do êxito da candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho à presidência da República em Junho de 1976, quase desapareceu da vida política até ao início do século XXI.

3. Exilados políticos, revolução e contra-revolução

Entre Abril de 1974 e Junho de 1976 as relações político-diplomáticas luso-espanholas foram formalmente cordiais e até sinceras. No entanto, a “revolução” portuguesa temeu sempre que as autoridades espanholas tivessem a tentação de se imiscuírem no processo político português, nomeadamente pelo apoio que poderiam dar, e deram, aos exilados políticos portugueses instalados em Espanha. Por seu lado, o franquismo, ou o que restava dele, apesar de realista na forma expedita como decidiu reconhecer a nova realidade portuguesa saída do golpe de 25 de Abril de 1974, temeu sempre um efeito de contaminação esquerdista a partir

⁴² Rui Ramos, *op. cit.*, pp. 731-732.

de Portugal, contaminação essa que pudesse não propriamente destruir o regime, mas sobretudo perturbar a sua estabilidade relativa. Aliás, imediatamente após o triunfo dos golpistas em Portugal, Lisboa tornou-se lugar de turismo político, e até revolucionário, por parte de muitos espanhóis, especialmente daqueles que se encontravam exilados ou que, em Espanha, consideravam intolerável o regime saído da guerra civil.⁴³ Ora uma realidade como esta, que só por si nada mudava nem podia mudar em Espanha, causava alguma inquietação nas autoridades de Madrid ou nas que representavam aquelas nas regiões fronteiriças luso-espanholas. Por outro lado, se o 25 de Abril criou a sensação de que o fim do franquismo, sem o generalíssimo Franco, podia estar perto do que se imaginaria, parecia também poder mobilizar para lutas que adivinhavam próximas os espanhóis que acreditavam que o franquismo, mesmo sem Franco, era a melhor solução para o problema político espanhol, mas também aqueles que pretendiam transformá-lo substancial ou radicalmente ou até mesmo liquidá-lo.⁴⁴

Logo após o 25 de Abril, a hostilidade entre os dois países foi essencialmente “popular” e teve origens em Portugal. Este facto percebe-se facilmente através da leitura da correspondência enviada por cônsules e outros diplomatas portugueses para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.⁴⁵ Por exemplo, mesmo no fim de Maio de 1974, o consulado de Barcelona informava Lisboa de que segundo o *Diário de Barcelona*, de “tendência monárquica” e “liberal”, parecia estar a ocorrer um “divórcio” entre Portugal e Espanha. Este “divórcio” estava titulado na primeira página daquele diário, onde também era apresentado um “mapa da Península Ibérica com [as] duas nações separadas geograficamente [...]”. A legenda da “gravura” referia a existência de uma “quebra significativa” do “turismo espanhol” em direcção a Portugal devido aos “maus tratos” e “vexames recebidos [por] alguns espanhóis” dada a natureza do “sistema político” vigente em Espanha. Para aquele

⁴³ O semanário *Expresso* publicou uma notícia dando conta da preocupação das autoridades portuguesas pela presença de refugiados políticos espanhóis em Portugal. Esta preocupação decorria do facto das autoridades portuguesas recearem uma possível permanência no país de uma ou mais brigadas da ETA. A agência “Pyresa” e os jornais *Pueblo* e *Ariba* fizeram eco desta notícia em Espanha. “Ofício do embaixador de Portugal em Madrid para o MNE.” 29 de Janeiro de 1975. PEA/38 1975. Proc.º 330. “Relações Bilaterais de Portugal com a Espanha. Actividades de Elementos da ETA. Possível Refúgio em Portugal.” Em Fevereiro e Março de 1975 voltou a correr na Embaixada portuguesa em Madrid que, segundo informações transmitidas por autoridades políticas e policiais gaulesas e espanholas, a “organização terrorista E.T.A.” deslocara “para outras regiões, a ocidente da península, os centros da sua actividade.” “Ofício do embaixador de Portugal em Madrid para o MNE.” 5 de Março de 1975. Loc. cit.

⁴⁴ Sobre a influência da revolução portuguesa em Espanha, no franquismo e na transição democrática espanhola, Josep Sánchez Cervelló, *op. cit.*, *passim*.

⁴⁵ É, no entanto, enigmática o cancelamento da visita a Fátima por parte de monsenhor González Martín, cardeal primaz de Espanha e arcebispo de Toledo. O convite fora feito pelo bispo de Leiria e aceite ainda antes de Abril de 1974. “El cardenal primado de España cancela su visita a Portugal” in *Informaciones*, 11 de Maio de 1974, p. 6. AHDMNE. PEA/16, “Política Interna Portuguesa: Informações Sobre Portugal na Imprensa de Espanha.”

jornal parecia óbvio que a amizade entre dos dois povos não se devia “alterar por considerações políticas.”⁴⁶

De qualquer modo, a intenção portuguesa de não perturbar e, sobretudo, de não ser perturbado por Espanha foi evidente em vários contactos mantidos entre representantes dos dois países. Por exemplo, parece evidente que terá sido para “aquietar as preocupações espanholas que o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Ernesto Melo Antunes, se deslocou a Madrid, a 10 de Julho de 1975.” Uma vez em Espanha “tentou mostrar [...] que a situação portuguesa não era controlada pelos comunistas ou por forças de Extrema-Esquerda e que na sociedade civil, como no próprio MFA, havia condições para garantir a evolução para uma democracia representativa e parlamentar (que poderia ter um conteúdo socialista) e para impedir que, no flanco sul da Europa e mais particularmente na Península Ibérica, se reforçasse a influência da União Soviética e do Pacto de Varsóvia.” Seriam esclarecimentos e garantias idênticos “que o presidente da República portuguesa, general Costa Gomes, deu a Arias Navarro num encontro em Helsínquia, no decurso da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, nos começos de Agosto de 1975.”⁴⁷ Ou seja, delicadeza da situação política portuguesa e o facto de ideologicamente os governos dos dois países ibéricos se encontrarem quase nos antípodas não impediram que se mantivesse aberto o diálogo.

De facto a gravidade e a instabilidade da situação política vivida em Portugal, assim como o ambiente de crise de fim de regime sentida em Espanha, foram variáveis que condicionaram a qualidade das relações luso-espanholas no período revolucionário português. Assim, além do assalto à embaixada de Espanha em Lisboa e às instalações consulares daquele país também em Lisboa, Porto, Setúbal e Évora ocorrido a 27 de Setembro de 1975,⁴⁸ acontecimentos que poderiam ter provocado um confronto político sério entre os dois países, houve ainda graves pontos de fricção na relação entre os dois países. Como notou um diplomata português, à medida que “o processo revolucionário” avançou as relações desgastaram-se. Alternavam

⁴⁶ Na opinião dos serviços do consulado português, parecia óbvio que as notícias publicadas pelo *Diário de Barcelona* não justificavam o “relevo” dado na “primeira página.” “Telegrama recebido n.º 10”. Do Consulado de Portugal em Barcelona, 30 de Maio de 1974. Loc. cit.

⁴⁷ César Oliveira, *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas. Política e Economia*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1995, pp. 208-209. Sobre a visita de Melo Antunes a Espanha, ver ainda António Valente, “As Relações Bilaterais Luso-Espanholas: Alguns Dados.” MNE, Informação de Serviços. 13 de Agosto de 1976. AHDMNE. PEA/17 1976. “Relações de Portugal com outros países. Espanha. Geral.”

⁴⁸ No início de 1976, as autoridades portuguesas e espanholas suspeitavam que refugiados políticos espanhóis em Portugal nomeadamente membros da ETA e da FRAP, teriam participado “nos atentados contra as sedes da representação diplomática e consulares espanholas em Portugal. O Governo espanhol suspeitava que membros daquelas duas organizações se encontrariam em Portugal para “preparar [...] operações de comando.” “Apontamento. Do adido militar de Portugal em Madrid, coronel Joaquim Lopes Cavalheiro.” 27 de Janeiro de 1976. AHDMNE. PEA/17 1976. “Relações de Portugal com outros países. Espanha. Geral.”

“irritantes incidentes pessoais com reiteradas afirmações de não ingerência de parte a parte.” Em Maio de 1975 o ministro espanhol dos Assuntos Exteriores reiterou a vontade de “respeitar a soberania portuguesa.” No entanto, não deixou de sublinhar um dos pontos mais delicados nas relações entre os dois países: “os refugiados políticos portugueses e espanhóis.” Para as autoridades de Madrid os refugiados portugueses poderiam permanecer em Espanha desde que respeitassem e se sujeitassem às leis daquele país que impunham “rigorosa neutralidade política.”⁴⁹ Por outro lado, e outra vez a partir de Maio de 1975, as autoridades espanholas ver-se-ão obrigadas a protestar contra a ocupação de propriedades pertencentes a espanhóis ou a denunciarem a natureza e o grau de conflitos laborais detidas por espanhóis em Portugal. Finalmente, as autoridades espanholas reivindicarão nas Necessidades um outro tratamento noticioso da realidade espanhola: “estando a imprensa nacionalizada e portanto directamente dependente do Estado” não se compreendia “a não intervenção do Governo português” para moderar a agressividade e pôr a mentiras, calúnias e a todo o tipo de noticiário sensacionalista.⁵⁰

Ainda assim parece evidente que as tensões e a degradação das relações entre os dois países nunca foi uma iniciativa – ao menos evidente – dos Governos de Madrid ou de Lisboa. Pelo contrário, foi uma emanção de sectores da sociedade portuguesa que mostraram uma hostilidade a Espanha e às elites político-militares conotadas com o franquismo. Nesse sentido, e do lado português, as relações luso-espanholas entre 1974 e 1976 foram marcadas em alguns sectores pelo preconceito, pela desconfiança político-ideológica em relação ao regime político vigente em Espanha, ao seu líder e à sua elite dirigente.⁵¹ Este anti-espanhlismo foi particularmente interessante e até irónico por evidenciar a defesa de um encerramento de Portugal perante o seu vizinho justamente quando durante boa parte dos anos do marcelismo se tinha procurado desbravar caminhos que permitissem criar soluções políticas que fossem capazes de aprofundar as relações luso-espanholas,

⁴⁹ Como recordava o autor do documento que vem sendo citado, a imprensa dos dois lados da fronteira não se cansou, na Primavera e no Verão de 1975, de “dar conta de actividades e reuniões de grupos esquerdistas em Portugal e de refugiados portugueses em Espanha. E as declarações apaziguadoras vão-se tornando vazias de conteúdo de tal modo a realidade as contraria.” António Valente, “As Relações Bilaterais Luso-Espanholas: Alguns Dados.” MNE, Informação de Serviços. 13 de Agosto de 1976. AHDMNE. PEA/17 1976. “Relações de Portugal com outros países. Espanha. Geral.”

⁵⁰ António Valente, “As Relações Bilaterais Luso-Espanholas: Alguns Dados.” MNE, Informação de Serviços. 13 de Agosto de 1976. Loc. cit.

⁵¹ Como reconheceu um diplomata português, o 25 de Abril interrompeu vários projectos de cooperação e aproximação luso-espanhola. Porém, e ainda que tivessem retomado “um carácter normal”, depois daquela data as relações entre Portugal e Espanha processaram-se a “dois níveis: o oficial, que assumirá um tom cortês e que só no auge da radicalização do novo regime assumirá maior rigidez, e o popular, que virá ocasionalmente influenciar o primeiro e que assumirá um carácter apaixonado e violento.” Isto ainda antes dos graves incidentes registados em Setembro de 1975. António Valente, “As Relações Bilaterais Luso-Espanholas: Alguns Dados.” MNE, Informação de Serviços. 13 de Agosto de 1976. AHDMNE. PEA/17 1976. “Relações de Portugal com outros países. Espanha. Geral.”

particularmente através da criação de um primeiro mercado comum ibérico do qual decorreria, por exemplo, o sacrifício dos interesses dos territórios coloniais administrados pelos dois países.⁵²

Assim sendo, a questão do exílio político português em Espanha entre Abril de 1974 e Novembro de 1975 (ou Junho de 1976) pode parecer ter sido relativamente pouco relevante nas relações entre os dois Estados. Porém, a resposta a esta dúvida não é linear. Do lado espanhol a questão dos refugiados políticos portugueses causou embaraços políticos e fragilizou pontualmente uma espécie de integridade moral e capacidade de pretender demonstrar que era capaz de determinar o destino de tudo aquilo que verdadeiramente relevante ocorria dentro das fronteiras do Estado espanhol. Na verdade, e independentemente da existência de interesses comuns e algumas similitudes ideológicas entre aquilo que era o regime franquista e alguns importantes sectores do exílio português, a verdade foi que as actividades dos exilados, consentidas ou não, puseram em causa o princípio do exercício da autoridade pelo Estado espanhol. Já do lado português era muito diverso o entendimento e a avaliação que os diversos sectores político-militares faziam do fenómeno do exílio político em Espanha. Para comunistas e a generalidade da extrema esquerda a acção dos exilados políticos em Espanha não apenas representava uma ameaça directa aos interesses e até à integridade física de muitos dos seus militantes, como indicava claramente que era também em Espanha que se organizavam parte das forças “contra-revolucionárias” portuguesas. Para os sectores moderados das Forças Armadas e para o Partido Socialista o exílio político em Espanha, nomeadamente aquele que se encontrava político-militarmente activo, representava um perigo relativo para as suas pretensões. Estes sectores temeram que o radicalismo de doutrina e de práticas de muitos exilados, além da eficácia de muitas das suas acções no assalto e destruição de sedes de partidos de extrema esquerda, PCP, MDP/CDE ou Intersindical, poderiam, a prazo, reforçar as posições políticas e a armadura moral dos comunistas e da extrema esquerda ou, até, aumentar as possibilidades

⁵² “It is anticipated that the departure of [Laureano Lopez] Rodo will effectively stall secret negotiations that have been going on between Spain and Portugal for the past five years over the creation of an Iberian Free Trade Area.

The negotiations born of the extraordinarily close personal relationship that exists between Rodo and Dr. Marcello Caetano [...], were approaching their climax, and there was talk that Carrero Blanco would come to Portugal in February to consecrate an agreement.

Sr. Rodo, first as Minister for Planning, and then as Foreign Minister, was the driving force behind the negotiations, and it is presumed his eclipse will stall the idea for the foreseeable future. This will not be entirely unwelcome among some of the young economic technocrats in Lisbon charged with negotiating the details of the secret political agreement between the two countries. Some of them were annoyed by the Portuguese Government's easy willingness to kiss goodbye to the interests of the African possessions in its determination to arrive at a free trade area agreement with Spain that fell within the neighbouring countries clauses of the GATT, EFTA and EEC agreements. “Portugal upset over Rodo's departure.” *The Financial Times*, 8 de Janeiro de 1974. Loc. cit.

de uma divisão política do país. Já os sectores político militares mais à direita, mas que concertaram estratégias no confronto com a esquerda revolucionária durante o “Verão quente” e na preparação e execução político-militar do 25 de Novembro de 1975, consideravam que o papel dos exilados, apesar de quantitativamente pouco relevante, era política e emocionalmente importante na luta sem tréguas que decorreu por todo o país desde o 25 de Abril de 1974. Por isso não podia criticar, mas apenas aplaudir, tanto a atitude das autoridades espanholas como a própria existência de exilados portugueses em Espanha politicamente muito activos.⁵³

Alguns dias após o 11 de Março de 1975, a embaixada de Portugal em Madrid informou as Necessidades das notícias da imprensa espanhola que davam conta do facto do major Sanches Osório, um dos cérebros do golpe fracassado ocorrido naquela data, ter atravessado clandestinamente a fronteira luso-espanhola na noite de 12 para 13 de Março, junto à Aldeia do Bispo, perto de Vilar Formoso. Nos dias 13 e 14 teria estado hospedado num hotel em Salamanca do qual não teria saído. No citado hotel apenas teria falado por telefone com António de Spínola, também refugiado em Espanha. De Salamanca, e segundo informações não confirmadas, Sanches Osório teria passado a Madrid. Da capital espanhol ter-se-ia depois dirigido a França.⁵⁴

Cerca de três semanas mais tarde, no início do mês de Abril, diversos jornais espanhóis noticiaram declarações de Vasco Gonçalves para quem seria impossível evitar a saída para Espanha de “numerosos portugueses”. Segundo o embaixador de Portugal em Madrid, Menezes Rosa, as agências noticiosas previam uma “intensificação” da “vigilância” da “fronteira por parte do Exército português durante os próximos quinze dias” e aludiam que o “rumor” de que as medidas a adoptar pelas autoridades portuguesas poderiam chegar ao “encerramento” do “tráfego” entre os dois países.⁵⁵

⁵³ A Espanha serviu de base aos elementos clandestinos do Exército de Libertação de Portugal (ELP) e do Movimento Democrático para a Libertação de Portugal (MDLP). Além de terem apoiado e/ou lançado ataques contra movimentos, partidos e outro tipo de organizações políticas comunistas ou de extrema esquerda, a generalidade dos elementos do ELP e do MDLP, muitos deles militares ou membros da DGS portuguesa, nunca esconderam a sua simpatia para com a possibilidade de poderem lançar a partir de Espanha “guerra de libertação” conservadora, uma reconquista anticomunista de Portugal. Carlos Dugos, *MDLP e ELP. O que são?*, s.e., Alfragide, Acrópole, 1976, p. 71; Veja-se ainda, Alpoim Calvão, *De Conacry ao MDLP*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Intervenção, 1976 e Eduardo Dâmaso, *A Invasão Spínolista*, Lisboa, 1997.

⁵⁴ Três jornais espanhóis noticiaram as circunstâncias da chegada e as condições da presença de Sanches Osório em Espanha após o fracasso do 11 de Março. O *YA* (classificado como “Católico moderado”) o *La Vanguardia* (“tido como Independente, mas condicionado pelos interesses de algumas grandes empresas”) e o *ABC* (“Monárquico [ligado ao Conde de Barcelona com influências da ‘Opus Dei’]”). AHDMNE, PEA – Maço 3, “Política Interna de Política Externa de Portugal. Notícias sobre a presença de Sanches Osório em Espanha.”

⁵⁵ “Da Embaixada de Portugal em Madrid para o MNE” 9 de Abril de 1975. Telegrama n.º 148. AHDMNE, PEA/16, “Política Interna Portuguesa: Informações Sobre Portugal na Imprensa de Espanha.”

Estes dois apontamentos servem acima de tudo para sublinhar o facto de Espanha se ter tornado, sobretudo entre Março e Novembro de 1975, um importante pólo de conspiração que levaria à derrota política do PCP e dos seus aliados na encarniçada luta política então ocorrida. É certo que as causas primeiras, essenciais e indiscutíveis da vitória da contra-revolução residiam em Portugal. Tratavam-se de amplos e importantes sectores das Forças Armadas, do Exército à Força Aérea, passando, embora com menor expressão, pela própria Armada. Mas ainda dos partidos políticos situados à direita do PS, da Igreja Católica ou de aliados estrangeiros daqueles partidos que mobilizaram e recursos financeiros nos seus países e que depois canalizaram para Portugal para aí poderem ser devidamente utilizados. No entanto, é preciso ter em conta que em Espanha, nomeadamente nas regiões de fronteira situadas junto às províncias do Minho, Trás-os-Montes e das Beiras Alta e Baixa, mas também em Madrid, se foram reunindo pessoas, convicções, recursos financeiros e armamento de diverso tipo que usados sobretudo no Verão de 1975 em sintonia com importantes sectores da igreja arcebispado de Braga, mas também do clero transmontano ou das três Beiras, impuseram a todas as forças políticas situadas à esquerda do PS (e também a sectores militares próximas do PCP e da extrema-esquerda) sucessivas derrotas políticas em que o uso da força e de uma importante dose de terror foi essencial. Colocaram-se bombas, incendiaram-se edifícios pertencentes a partidos políticos mais à esquerda, dispararam-se tiros, mataram-se e feriram-se pessoas, destruiu-se propriedade e perseguiram-se pessoas por razões políticas. Era a contra-revolução na sua forma mais óbvia e historicamente mais (re)conhecida.

Formalmente, o chefe desta conspiração foi o general António de Spínola que fugiu de Portugal para Espanha a bordo de um helicóptero militar português, ainda no dia 11 de Março, quando a derrota do seu golpe militar se consumou. De Espanha seguiu para o Brasil onde pensou que lhe seria mais fácil não apenas conspirar mas, sobretudo, reunir os recursos financeiros necessários para treinar e armar uma força militar capaz de libertar Portugal do “comunismo.” No entanto, a conspiração e acção política com origem em Espanha apenas remotamente dependeu da sua vontade e escasso engenho. Foram sobretudo figuras da Igreja que organizaram com o apoio de operacionais (e rivais) do ELP e MDLP o movimento da Maria da Fonte que seria a primeira etapa de contra-revolução que terminaria às mãos dos militares e civis vitoriosos a 25 de Novembro de 1975 e dos sucessivos actos eleitorais realizados em 1976.⁵⁶

⁵⁶ W. Paradela de Abreu, *op. cit.*, 1983, pp. 101-135. Paradela de Abreu, exilado político em Espanha, conspirador e membro da ELP e presumível arquitecto não religioso, com Jorge Jardim e Sanches Osório, do Plano Maria da Fonte, sustenta que a derrota da esquerda política e militar consumada a 25 de Novembro foi acima de tudo resultado da

Em Espanha os conspiradores portugueses puderam contar com o apoio de agentes da DGS espanhola e de elementos da Guardia Civil. Por exemplo, o tráfico de armas organizado pelo MDLP, chefiado no terreno por Alpoim Galvão, um oficial da Armada que estivera com Spínola na Guiné, atingia e percorria território espanhol com o apoio ou a cumplicidade de agentes daquela força. Foi o caso do transporte, entre Tunes e Cádiz, de 26 toneladas de armas e munições ou da chegada a Tui, já depois do 25 de Novembro, de um importante carregamento de armas e munições. Segundo Alpoim Galvão, o próprio Manuel Bulhosa, também ele exilado em Espanha e em França entre 1974 e 1976, teria contactado Manuel Fraga Iribarne com o objectivo de conseguir a cumplicidade das autoridades policiais espanholas em relação a algumas das necessidades operacionais vitais dos portugueses em Espanha.⁵⁷

Após o 25 de Novembro, a emigração portuguesa em Espanha foi-se diluindo. Embora alguns dos chamados operacionais no terreno ainda tenham levado a cabo operações que chegaram a custar a vida a cidadãos portugueses no norte de Portugal, a verdade era que a principal razão de ser das conspiratas políticas portuguesas em Espanha e noutros países deixara de existir: em Portugal não vigoraria uma ditadura comunista.

Resultados

O exílio político português em Espanha no período considerado neste texto teve uma composição profissional, mais do que social, diversificada. À excepção de agentes da polícia política portuguesa que fugiram de Portugal nas primeiras horas ou dias depois do 25 de Abril, de alguns militares de baixa patente, ou sem qualquer patente, e, finalmente, de alguns portugueses com uma relação difícil como sistema policial e judicial português, o exílio político português em Espanha foi essencialmente composto por homens e mulheres (mais aqueles do que estas) oriundos de classes médias, médias-altas e altas. Industriais, lavradores, banqueiros, profissionais liberais, oficiais de alta patente, professores universitários constituíram o grosso desta emigração. Tirando a importância que representantes das elites económicas portuguesas associadas ao Estado Novo tiveram neste grupo, a verdade é que a emigração política portuguesa foi sempre um fenómeno de elite.⁵⁸

contra-revolução popular organizada e lançada na metade norte de Portugal a partir da Primavera de 1975. Para o êxito deste esforço e desta estratégia muito terá contribuído o apoio logístico conseguido em Espanha.

⁵⁷ Eduardo Dâmaso, *op. cit.*, *passim*.

⁵⁸ Um outro elemento que assemelha, ainda que moderadamente, esta emigração política a outras que a antecederam, foi o nascimento e cristalização de algumas rivalidades pessoais e políticas. No entanto, o facto de pouco se ter prolongado no tempo, e de rapidamente ter acumulado muito mais vitórias do que derrotas, fez com que

Por comparação com outras experiências de exílio político em Espanha, aquele que decorreu entre Abril de 1974 e Junho de 1976, foi o único que se desfez depois de ter conseguido uma vitória político-militar para a sua causa. Esta é a sua grande originalidade e virtualidade e em certa medida, também, causa do esquecimento relativo que tem merecido por parte da historiografia.

Bibliografia

- Abreu, W. Paradela de: *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro. Memória do Tempo Perdido*, s.e., Lisboa, Editorial Intervenção, 1983.
- Calvão, Alpoim: *De Conacry ao MDLP*, 1.^a ed., Lisboa, Editorial Intervenção, 1976.
- Dâmaso, Eduardo, *A Invasão Spínolista*, 1.^a ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 1997.
- Dugos, Carlos: *MDLP e ELP. O que são?*, s.e., Alfragide, Acrópole, 1976,
- Farinha, Luís: *O Revirálho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*, 1.^a ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1998.
- Ferreira, José Medeiros: "Portugal em Transe (1974-1985)", in *História de Portugal*, vol. VIII, dir. José Mattoso, 1.^a ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- Garrido, Álvaro: *Henrique Tenreiro: Uma biografia política*, 1.^a ed., s.l., Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2009
- Martins, Oliveira: *Portugal Contemporâneo*, 1.^o volume, 9.^a ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1986.
- Maxwell, Kenneth: *The Making of Portuguese Democracy*, s.e., Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- Mello, Maria Teresa de Souza Botelho e: *Memórias da Condessa de Mangualde: Incursões Monárquicas, 1910-1920 (prefácio Vasco Pulido Valente)*, 3.^a ed., Lisboa, Quetzal Editores, 2002.
- Oliveira, César: *Portugal e a II República de Espanha – 1931-1936*, s.e., Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1985.
- Oliveira, César: *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, 1.^a edição, Lisboa, O Jornal, 1987.
- Oliveira, César: *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas. Política e Economia*, 1.^a ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1995.
- Pimentel, Irene Flunser: *A História da PIDE*, 1.^a ed., s.l., Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2007.

este elemento não tivesse ganho grande relevância nem fosse causa de fracassos que poderiam ser fatais. Aliás, só o calendário e a vitória dos moderados a 25 de Novembro de 1975 evitou que se consumasse aquilo que poderia ter sido um golpe fatal para as aspirações dos exilados políticos portugueses em Espanha. Ou seja, o lançamento de uma incursão militar sobre o norte de Portugal, a partir da Galiza, à imagem do que fizera Paiva Couceiro em 1911 e 1912, com o objectivo de libertar Portugal do "comunismo".

- Preston, Paul: *Juan Carlos. O Rei de um Povo*, s.e., Lisboa, Quetzal Editores, 2004.
- Rodrigues, Luís Nuno Rodrigues: *Spínola. Biografia*, 1.ª ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2010.
- Sánchez Cervelló, Josep: *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, s.e., s.l., Assírio & Alvim, 1993.
- Torre Gómez, Hipólito de la: *Do “perigo espanhol à amizade peninsular”. Portugal-Espanha (1919-1930)*, s.e., Lisboa, Ed. Presença, 1985.
- Torre Gómez, Hipólito de la: *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-36)*, s.e., Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- Torre Gómez, Hipólito de la: *Conspiração contra Portugal (1910-1912). As relações políticas entre Portugal e Espanha*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte, s.d..
- Torre Gómez, Hipólito de la: *El imperio del Rey: Alfonso XIII, Portugal y los ingleses (1907-1916)*, s.e., Mérida, Editorial Regional de Extremadura, 2002.
- Valente, Vasco Pulido: *Um Herói Português. Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*, s.e., Lisboa, Aletheia, 2006.
- Vargues, Isabel Nobre e TORGAL, Luís Reis: “Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político” in Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), “O Liberalismo (1807-1890)” in *História de Portugal*, vol. V, dir. José Mattoso, 1ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 75-87.